

# FE 50 ANOS – 1966-2016:

MEMÓRIA E REGISTROS DA HISTÓRIA DA FACULDADE  
DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Lívia Freitas Fonseca Borges

José Luiz Villar

Wivian Weller

(Org.)

EDITORA



**UnB**



**Universidade de Brasília**

**Reitora** : Márcia Abrahão Moura  
**Vice-Reitor** : Enrique Huelva

EDITORA



**UnB**

**Diretora** : Germana Henriques Pereira

**Conselho editorial** : Germana Henriques Pereira  
: Fernando César Lima Leite  
: Estevão Chaves de Rezende Martins  
: Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende  
: Jorge Madeira Nogueira  
: Lourdes Maria Bandeira  
: Carlos José Souza de Alvarenga  
: Sérgio Antônio Andrade de Freitas  
: Verônica Moreira Amado  
: Rita de Cássia de Almeida Castro  
: Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

# FE 50 ANOS – 1966-2016:

MEMÓRIA E REGISTROS DA HISTÓRIA DA FACULDADE  
DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Lívia Freitas Fonseca Borges

José Luiz Villar

Wivian Weller

(Org.)

EDITORA



**UnB**

**Preparação e revisão** : Denise Pimenta de Oliveira  
: © 2018 Editora Universidade de Brasília  
: Direitos exclusivos para esta edição:  
: Editora Universidade de Brasília  
: SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,  
: 2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF  
: Telefone: (61) 3035-4200  
: Site: www.editora.unb.br  
: E-mail: contatoeditora@unb.br  
: Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação  
: poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem  
: a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

---

F288 FE 50 anos : 1966-2016 : memória e registros da história da  
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília / Lívia  
Freitas Fonseca Borges, José Luiz Villar, Wivian Weller,  
[organizadores]. – Brasília : Editora Universidade de Brasília,  
2018.  
420 p. : 21 cm.

ISBN 978-85-230-1215-1.

1. Universidade de Brasília. Faculdade de Educação –  
História. 2. Educação superior. 3. Pedagogia. 4. Educação –  
História. I. Borges, Lívia Freitas Fonseca (org.). II. Villar, José  
Luiz (org.). III. Weller, Wivian (org.).

CDU 378(81)(09)

# SUMÁRIO

- 7**            **Apresentação**  
Lívia Freitas Fonseca Borges, José Luiz Villar e Wivian Weller
- 17**           **Prefácio**  
Lady Lina Traldi
- 23**           **Faculdade de Educação, célula *mater*  
da Universidade de Brasília**  
Maria Zélia Borba Rocha e José Luiz Villar
- 91**           **Departamento de Métodos e Técnicas (MTC):  
percursos, memórias e identidade**  
Antonio Fávero Sobrinho
- 143**          **Departamento de Planejamento e Administração (PAD):  
sua constituição na história da Faculdade de Educação**  
Ana Maria de Albuquerque Moreira e  
Carmenísia Jacobina Aires
- 177**          **Departamento de Teoria e Fundamentos (TEF):  
para compreender a dimensão social, política  
e ética do conhecimento em educação**  
Leila Chalub Martins
- 229**          **Mudanças curriculares no curso de Pedagogia da  
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília**  
Lívia Freitas Fonseca Borges e Liliane Campos Machado

- 259**      **Origens do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação**  
Regina Vinhaes Gracindo e Jacques Velloso
- 271**      **Programa de Pós-Graduação em Educação: formação, pesquisa e produção do conhecimento**  
Maria Abádia da Silva e Kátia Augusta C. P. Cordeiro da Silva
- 291**      **Mestrado profissional: uma conquista da Pós-Graduação da Faculdade de Educação**  
Bernardo Kipnis e Olgamir Francisco de Carvalho
- 299**      **Extensão universitária nos 50 anos da Faculdade de Educação**  
Iracilda Pimentel Carvalho (Org.), Erlando da Silva Rêses, Maria Luiza Pinho Pereira, Renato Hilário dos Reis, Claudia Dansa, Maria da Conceição da Silva Freitas e Joice Marielle da Costa Moreira
- 367**      **A Educação a Distância na Faculdade de Educação**  
Raquel de Almeida Moraes (Org.), Grupo Ctar, Erlando da Silva Rêses e Lúcio França Teles
- 413**      **Anexo: Fôlder do Seminário FE 50 anos (12 de abril de 2016)**
- 415**      **Sobre os autores**

# Departamento de Planejamento e Administração (PAD): sua constituição na história da Faculdade de Educação

Ana Maria de Albuquerque Moreira e Carmenísia Jacobina Aires

*É comum, entre nós, pensar que [...] não se precisa de preparar o administrador. O Brasil é talvez um país dos mais excepcionais neste assunto [...] Parece que não há administração no Brasil no sentido real de algo que se possa aprender e, muito menos, em educação, onde, ao que parece, nunca houve busca de administradores para as escolas. Qualquer pessoa pode dirigir as escolas. Qualquer pessoa pode administrar o ensino. É evidente que o país acha que para isso não é preciso preparo.*  
(Anísio Teixeira, 1961, p. 84)

## Primeiras palavras

Neste capítulo, nós, duas ex-alunas de graduação e de pós-graduação da Faculdade de Educação (FE), com formação voltada para as áreas de administração, planejamento, magistério e tecnologias educacionais e atuais professoras do Departamento de Planejamento e Administração (PAD), contamos brevemente a história desse departamento. Nessa história, destacamos as finalidades do PAD na Faculdade de Educação e no projeto original da Universidade de Brasília (UnB) e as mudanças pelas quais passou o departamento até os dias atuais.

É uma situação ímpar e privilegiada atender a demanda de responder a esse intento na ocasião em que o curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UnB completa seu meio século de criação. Por estarmos de acordo com Gomes e Fernandes (2013, p. 13), começamos tomando emprestado o que dizem, mencionando Walter Benjamin (1994):

o passado não está encerrado como, a princípio, se pode afirmar. Há futuros no passado que não foram realizados e que podem ser mobilizados, acionados, redimidos e ainda, o presente é capaz de conectar o passado ao futuro.

Para nós, certamente o desafio de contar essa história do PAD, abrir o seu passado e buscar as relações com o presente não se reduz ao cumprimento de uma solicitação institucional, tampouco constitui um mero formalismo entre as atividades de comemoração do cinquentenário do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação. Acreditamos que os registros buscados nas memórias e nos documentos tornam-se imprescindíveis para contribuir com a compreensão da trajetória histórica do PAD, seu atual momento na Faculdade de Educação e as reflexões para caminhos futuros. Nesse processo é essencial considerar os atores que fizeram parte dessa trajetória, no início, edificando as fundações e, no transcorrer do tempo, garantindo a solidificação do departamento, consubstanciada em sua concepção, em seu “que fazer” e em sua identidade como Unidade Acadêmica no âmbito da Faculdade de Educação e da Universidade de Brasília.

Assim, contar a história do PAD, ou seja, citá-la e reconhecê-la, implica contextualizá-la, buscando seus vínculos com a história da



Faculdade de Educação e da própria UnB, na qual está contida em sua idealização e tessituras.

As energias latentes aqui avocadas para o ato de rememorar a história do departamento indicam que temos de lançar mão de nossas memórias e das memórias dos atores – professores, estudantes e servidores técnico-administrativos. Seguramente foram e continuam sendo basilares suas atitudes solidárias e criativas impregnadas de profissionalismo, gestos e generosidade, fortalecidos com expectativas e otimismo para registrar as marcas do incessante trabalho no departamento. Esse trabalho é realizado em prol da compreensão da importância da ciência da administração e sua evolução histórica e do planejamento como instrumento para viabilizá-la, de modo democrático, em favor da implementação de políticas públicas educacionais emancipatórias.

O resgate dessa história se robustece devido à necessidade de registro da trajetória vivenciada, para que esta seja invariavelmente conhecida pelas novas gerações de atores que a ela se integram – estudantes, professores e servidores técnico-administrativos. A atenção e o conhecimento da memória institucional é fator primordial para fazê-la viva e reconhecida como fonte impulsionadora do presente e do futuro.

Com essa intenção, além desta introdução, organizamos o presente capítulo nas seguintes seções: a trajetória do PAD, de sua concepção no âmbito do projeto original da Faculdade de Educação e da Universidade de Brasília à atualidade; a importância das áreas abarcadas pelo PAD na formação dos pedagogos e demais licenciados e, por fim, a composição do corpo docente vinculado ao PAD e sua contribuição na gestão da Faculdade de Educação.

Destacamos ainda que as memórias de professores e servidores que atuaram e que atuam no departamento, suas relações, lembranças e vivências constituem parte dessa história aqui contada e, nesse sentido, serão integradas entremeando e compondo o texto, dando-lhe vida e pulsação.

### **O PAD: sua trajetória do projeto original da FE à atualidade**

A Universidade de Brasília foi projetada em um cenário nacional marcado por profundos debates que motivaram a reforma universitária e que discutiram as funções da universidade – de um lado, no contexto do impulso da industrialização do país e, de outro, nos anseios de ampliação do acesso ao ensino superior. Nessa perspectiva, essa universidade foi idealizada com a missão essencial de promover a integração do ensino universitário aos objetivos do desenvolvimento econômico e social do país e imprimir um modelo institucional de universidade mais moderno e orgânico, em contraposição aos modelos vigentes que consistiam, em sua maioria, em confederações de escolas superiores (ROCHA, 2002).

Do projeto de criação da UnB participaram Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. Esse último, em princípio contrário a uma universidade em Brasília, que entendia ser uma cidade unicamente administrativa, reviu sua posição e identificou no projeto de criação da UnB a possibilidade de criação de uma instituição universitária voltada ao desenvolvimento e à modernização do Brasil, com quatro grandes funções. A primeira delas seria a preparação de profissionais para atuar em carreiras de base intelectual, científica e técnica; a segunda, proporcionar aos alunos o

contato com o conhecimento; a terceira, produzir conhecimento; e, por fim, a quarta, transmitir a cultura comum.

A concepção de universidade de Anísio Teixeira, que marcaria fortemente a idealização da Faculdade de Educação, era influenciada pela corrente liberal pragmatista, também presente no movimento escolanovista. Era nessa perspectiva teórica e prática, fundamentada no experimentalismo norte-americano, que ele compreendia a importância da formação para o exercício do magistério. Segundo Anísio, no cenário do nacional-desenvolvimentismo dos anos 1960, traçado pelos movimentos de estímulo à expansão da indústria nacional, a formação na universidade, e em especial a formação para o magistério, deveria ser revestida por um caráter científico e técnico, garantindo a associação entre o saber e a prática. Assim pensava a formação dos professores das escolas primárias e secundárias e, também, a formação dos docentes que integrariam a Universidade de Brasília.

Desse modo, testemunhava-se a exigência da imperiosa modernização do sistema universitário mediante mudanças estruturais que incluía:

[...] a estrutura integrada de Institutos e Faculdades que, associada ao sistema de créditos e disciplinas semestrais e à figura do professor-orientador, objetivava equilibrar a base científica e profissional de formação e posterior priorização da carreira profissionalizante e/ou de pesquisador. (MENEZES, 1989, p. 48).

Esse modelo tanto reproduzia parte do projeto de Anísio Teixeira da universidade do antigo Distrito Federal como, segundo

estudiosos, foi baseado na organização das universidades norte-americanas compostas por departamentos reunidos em institutos e faculdades (BRZEZINSKI, 1997).

Nesse contexto de planejamento e deliberações por uma estrutura diferenciada, destaca-se a unidade administrativa do departamento, que, em substituição à Cátedra Vitalícia,

visava propiciar o lugar do debate acadêmico, da relação ao ensino e pesquisa dentro de uma especialidade, ao mesmo tempo em que o professor era estimulado a percorrer os graus acadêmicos correspondentes à progressão funcional. (RIBEIRO et al., 1962 apud MENEZES, 1989, p. 49).

Ao eleger o departamento como unidade administrativa, desejava-se atribuir ao ensino o espírito de equipe e essa estrutura imaginada para a cooperação e a interpenetração, o que transformaria a Universidade de Brasília no primeiro marco de integração universitária no Brasil, ou seja, existiria uma nova Universidade que contemplaria a genuína unidade na diversidade (MENEZES, 1989).

Nesse particular, a professora doutora Altair Macedo Lahud Loureiro, que atuou no PAD/FE de 1972 a 1975 como requisitada da Universidade Federal de Santa Maria e que depois foi integrada ao quadro permanente, contou em depoimento que essa cooperação, articulação e o bom relacionamento caracterizavam o clima vivenciado no início dos anos 1970, fase de implementação da FE.

Na mesma direção, a professora Dirce Mendes da Fonseca, docente no PAD a partir de 1987, considera que vivenciou uma grande experiência profissional e acadêmica, assim apontada:

A Universidade de Brasília representou para mim uma grande experiência de vida, profundamente estruturante e significativa. Sou grata a todos os meus colegas e amigos e ex-alunos por ter tido a oportunidade de compartilhar sonhos e vivência profissional. (FONSECA, 2015).

O primeiro projeto da Faculdade de Educação (1962), proposto por Anísio Teixeira e nunca implantado, previu que a

formação de professores na UnB deveria ser valorizada, uma vez que todo professor, inclusive o das séries iniciais de escolarização, deveria ter sua formação realizada na Escola Normal Superior como uma unidade da Faculdade de Educação, portanto, em nível universitário. (BRZEZINSKI, 1997, p. 42).

Além da Escola Normal Superior, haveria a Escola de Educação, voltada para a formação de docentes do nível médio como uma escola de licenciados; a Coordenação Geral; e o Centro de Teledifusão Educativa.

Na visão de Anísio Teixeira, a Faculdade de Educação seria um espaço destinado à profissionalização do magistério e à pesquisa aplicada, aderindo a uma visão formativa que integrasse teoria e prática. Também seria vista como uma escola profissional, onde o professor deveria aprender as teorias e as técnicas de ensinar.

A esse respeito, Rocha (2002, p. 9) destaca que:

Com a complexificação da sociedade moderna e consequente expansão da educação, as atividades de magistério tornaram-se mais complexas e, na ótica de Anísio, o professor necessitava de especialistas para

ajudá-lo na organização e racionalização do trabalho pedagógico, ou seja, nas atividades de planejamento, de currículo, de supervisão e orientação.

Para responder a tais prioridades, o modelo de Faculdade de Educação consistiria em uma estrutura integrada por diferentes órgãos, com a finalidade de atender à

complexidade do preparo profissional dos novos mestres, contribuir para o aperfeiçoamento do magistério e proporcionar formação de especialistas em administração, orientação, supervisão e planejamento educacional. (ROCHA, 2002, p. 9).

Com base nessa concepção é que foram pensados os departamentos que integrariam a estrutura da Faculdade de Educação, entre os quais encontrava-se o Departamento de Administração, com a finalidade de formar especialistas no suporte às atividades escolares:

A preparação de especialistas em educação ficava a cargo dos departamentos de administração escolar e de orientação educacional. O primeiro, incumbido de realizar estudos sobre problemas de superintendência das redes de ensino e da direção das escolas; sobre legislação escolar; sobre financiamento da educação e planejamento de prédios e equipamentos escolares. O segundo voltava-se para estudar o rendimento escolar, elaborando testes e medidas para sua aferição, bem como estudar os problemas de orientação e aconselhamento dos alunos e oferecer assistência aos excepcionais. (ROCHA, 2002, p. 10).

Posteriormente, ainda como reitor da Universidade de Brasília, em fevereiro de 1964, Anísio Teixeira assinou um convênio com

a Unesco que tinha por finalidade incrementar os laboratórios de experimentação e demonstração, criar condições para a produção de materiais didáticos e utilização dos meios de comunicação, televisão e rádio, a fim de dar suporte à formação do professor de crianças pequenas. Esse conjunto de inovações, consoante Menezes (1989), seria executado no Centro de Estudos de Planejamento Educacional da FE em intercâmbio com o Inep. Entretanto, os termos do convênio não foram colocados em prática (BRZEZINSKI, 1997, p. 43-44).

Em continuidade ao empenho para implementação do projeto, em 1966 ocorreu, objetivamente, a primeira tentativa de criação da FE, com a oferta de disciplinas, funcionando no antigo prédio da Reitoria. A primeira diretora foi a professora Lady Lina Traldi, que exerceu a função no período de 1966 a 1970.

Nessa proposta de funcionamento, considerada inovadora, além de uma

macroestrutura para atender o ensino, seria complementada através do centro de Estudos de Planejamento Educacional que, em convênio com o Instituto de Estudos Pedagógicos faria pesquisas sobre os fatores que influíam no desenvolvimento do sistema escolar brasileiro, de modo também a assessorar os órgãos formuladores da política nacional de educação. O segundo projeto de criação na FE/UnB de um Instituto Superior de Administração e Planejamento manifestava uma preocupação dominante com a formação de pós-graduação para administradores estaduais de educação e do MEC. (MENEZES, 1989, p. 56-57).

Entretanto, quando as aulas tiveram início, em 1966, a estrutura da Faculdade de Educação, proposta e defendida de modo

intransigente por seus idealizadores, incluía sete departamentos, a saber: História e Filosofia da Educação e Educação Comparada; Currículo e Supervisão Educacional; Sociologia Educacional e Administração Escolar; Didática; Estatística Aplicada à Educação; Orientação Educacional e Profissional; e Psicologia da Educação (BRZEZINSKI, 1997).

Em 1968, quando se tentava dar continuidade à implementação do projeto de criação do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, foi marcante e decisiva a presença da missão da Unesco. Essa missão veio a pedido do governo brasileiro para orientar a criação e a estruturação das faculdades de Educação, aqui permanecendo por quase 30 dias entre os meses de agosto e setembro. Como resultado, “apenas três Departamentos foram sugeridos para as faculdades de Educação: o de Teoria e Prática de Ensino; o de Ciências Básicas da Educação; o de Administração Escolar.” (MENEZES, 1989, p. 67) Assim, verifica-se que essas recomendações coincidiram com o norte dado à estrutura da Faculdade de Educação, que passou a funcionar dessa maneira até que novos rumos políticos foram imprimindo novos cenários e percursos no funcionamento da unidade acadêmica, em geral, e de seus departamentos, em particular.

Acrescenta-se a isso o caráter tecnocrático dado à estrutura e ao funcionamento das universidades federais pela reforma de 1968, consubstanciada na Lei nº 5.540/1968. Em consonância a tais concepções, na década de 1970, a Faculdade de Educação já funcionava com três departamentos: Teoria e fundamentos (TEF), Métodos e Técnicas (MTC) e Planejamento e Administração (PAD).



Ainda que a macroestrutura inicial da FE registrasse a intenção de desenvolver pesquisas em parceria com o Inep, de acordo com a professora Altair Macedo Lahud Loureiro, “naquele tempo a pesquisa não era tão forte no PAD”. Continuando seu testemunho, asseverou que, “a partir dos anos 1973, o PAD foi se firmando, foi crescendo, havia muita vontade de trabalhar e conseguiu-se com a Reitoria a contratação de vários professores para a Faculdade de Educação.” Conforme seu relato e levantamento de dados históricos, a professora Altair exerceu proeminente liderança no departamento e na Faculdade de Educação. Cumpriu dois mandatos de chefia do PAD nos anos 1970 e início dos anos 1980. Também nesses períodos e, mais ao final dos anos 1980, assumiu a subchefia, a vice-direção da FE e a função de diretora substituta, tendo em vista o afastamento do diretor para cursar doutorado no exterior. Ainda acerca do período em que assumiu cargos de gestão no PAD/FE, a professora Altair registra que “investiu na qualificação/formação dos professores”. Nesse sentido, os relatos evidenciam uma fase de criação, de organização e de constituição do departamento como unidade formadora na conjuntura histórico-política da FE/UnB (LOUREIRO, 2015).

Em acréscimo, a professora Altair enfatizou que conseguiu articulação com a Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF), à época Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF), pois tinha boas relações com os secretários de educação e com o diretor executivo, tendo em vista que havia um certo poder de articulação e de conquistas junto à FEDF. Nesse sentido, segundo a professora, o PAD foi muito importante para projetar a FE, devido aos relacionamentos mantidos com a FEDF e o MEC. A esse respeito, professora Altair

também mencionou que o PAD participou do curso de Currículos e programas que a FE ofereceu para professores da FEDF.

Depois do período inicial, de 1966 a 1971, as fases seguintes de evolução histórica da Faculdade de Educação, segundo Silva (2014), ocorreram de 1972 a 1984, marcadas pelos embates entre concepções políticas e pedagógicas, e de 1985 em diante, período da democratização da universidade e da consolidação dos colegiados.

No período de 1972 a 1984, a atuação do PAD foi mais intensa nas discussões a respeito da legislação do ensino e da habilitação técnica na área de administração escolar. Nos períodos subsequentes, as discussões em torno da gestão democrática da educação ganharam evidência no cenário educacional do país, bem como os processos de formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas educacionais. Também recebem maior atenção e são institucionalizadas as avaliações em larga escala e as avaliações institucionais. Nesse cenário, o PAD redefine e dá novos contornos às suas áreas de atuação.

A aprovação da Constituição Federal de 1988, cujo texto marcou o processo de redemocratização do país após o regime militar, demandou mudanças no campo educacional mediante a aprovação de instrumentos legais, destacando-se, entre os principais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996) e o *Plano Nacional de Educação* (PNE) 2001-2010 e 2014-2014. Essas conjunturas e deliberações políticas convergiram com mudanças na organização e atuação do PAD.

Destacamos ainda, no transcorrer desse período, a importância da produção acadêmica e científica no campo das políticas públicas,

do planejamento, do financiamento, da gestão e da avaliação em educação, essenciais nas reflexões que fundamentam esse processo de redefinição do PAD.

Esses fatores acadêmicos, legais, políticos e culturais contribuíram, inclusive, para a apresentação de proposta da mudança de nome do Departamento, de Planejamento e Administração para Políticas Públicas e Gestão da Educação. A aludida proposta foi inserida no texto do Regimento Interno da Faculdade de Educação, aprovado em reunião do Conselho da FE realizada em junho de 2014 e em revisão e tramitação para fins de aprovação.

Nas perspectivas futuras, citamos a consolidação das áreas do PAD na formação inicial dos licenciados em Pedagogia e outras licenciaturas da UnB, sua contribuição para o Programa de Pós-Graduação em Educação e para o Programa de Mestrado Profissional e sua participação em atividades de extensão. Destaca-se também a produção e divulgação científica no campo das políticas públicas e gestão da educação, notadamente com a efetiva participação de seu corpo docente na publicação e na coordenação da Coleção Políticas Públicas de Educação.

### **O PAD e sua atuação na formação inicial superior – curso de Pedagogia e demais licenciaturas**

Em artigo publicado em 1961, Anísio Teixeira traz importante reflexão sobre a concepção de administração e a formação do administrador escolar. Na ocasião, o educador destacava, entre outros aspectos, que a vida não se processaria sem administração e que as

atividades do professor reúnem três grandes funções da administração, quais sejam, administrar propriamente a classe; planejar os trabalhos e orientar o ensino. Também, já naquela época, alertava para a necessidade de preparar o administrador escolar e de desenvolver uma administração tipicamente brasileira.

Possivelmente essas ideias balizaram os propósitos contidos no plano orientador de criação da FE, de autoria do eminente educador que, no tocante à administração educacional, foi sinalizando estruturas inerentes a essa área e veio a consubstanciar-se na criação do Departamento de Planejamento e Administração (PAD).

A criação e a atuação do PAD serão aqui avaliadas considerando a máxima pertinência da administração como ciência que fundamenta o funcionamento das organizações de natureza distinta e, nesse particular, o funcionamento das instituições educativas e sua implicação no que diz respeito à formação inicial do docente da educação básica no ensino superior. Acrescentamos que a análise dessa história se dará para além das barreiras e limites de ideologias conservadoras e burocráticas, ancorada na (re)significação desse percurso, na perspectiva da concepção e prática da gestão democrática.

O curso de Pedagogia, sua regularização, percurso e identidade podem ser analisados focalizando momentos específicos. Scheibe e Durlí (2011, p. 81) mencionam o período em que

a história do curso de Pedagogia esteve estritamente vinculada à outorga do Estado, compreendendo sua gênese em 1939, as mudanças impetradas no contexto da Lei nº 4.024, de 1961, e aquelas promovidas no final da década de 1960, no bojo das leis 5.540, de

1968, e 5.692, de 1971, período em que a formação do professor para o magistério dos anos iniciais de escolaridade não esteve ainda entre as funções prioritárias do curso.

Os eventos mencionados, ocorridos antes ou depois da tomada do governo pelos militares, acarretavam grande efervescência no país, particularmente no campo educacional, destacando-se a inauguração da UnB e a criação da Faculdade de Educação, como mencionado anteriormente. Na análise aqui realizada, buscamos evidenciar questões fundamentais nas quais se consubstanciaram os históricos dissensos em relação ao curso de Pedagogia e à identidade do pedagogo, particularmente situando-os diante dos projetos educativos em desenvolvimento.

Assim, conforme Aires (2015), nos anos 1960, a começar pela aprovação da LDB, outros instrumentos legais voltados ao setor educacional, especialmente à formação de professores, vinham sendo criados e implementados. No final da década de 1960 e início da década seguinte, aconteceram profundas reformas no sistema educacional brasileiro: a reforma do ensino superior, por meio da Lei nº 5.540/1968, e a reforma do ensino primário e médio, por meio da Lei nº 5.692/71, que também alterou a denominação para ensino de primeiro e segundo graus. As mudanças advindas dessas reformas foram significativas e visavam, acima de tudo, adequar a legislação educacional ao regime vigente.

Em sua análise sobre a Reforma Universitária, Rothen (2008, p. 458) menciona, dentre outros elementos, que se sobressaem: a instituição obrigatória do sistema departamental e a consequente

eliminação da cátedra autônoma, permanecendo, contudo, a figura do catedrático como um posto da carreira do magistério; a definição do departamento como “a menor fração” da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica e de distribuição de pessoal, assim como a especificação das competências e composição dos departamentos e da forma de preenchimento de sua chefia.

De acordo com os princípios básicos da reforma, na mesma direção, foi emitido o Parecer CFE nº 252/1969, de autoria de Valnir Chagas, que definia quais profissionais o curso deveria formar. Assim, conforme Aires (2015), o curso de Pedagogia da FE/UnB foi reconhecido em dezembro de 1972 e, em conformidade com a Lei nº 5692/1971, de 11 de agosto de 1971, que fixou diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, eram oferecidas as habilitações em Magistério do 2º Grau, Supervisão escolar, Orientação educacional, Administração escolar, Inspeção escolar e, a partir de 1974, a habilitação em Tecnologia educacional. A oferta do curso de Pedagogia noturno na FE/UnB teve início em 1994. Observa-se que tanto Reforma Universitária de 1968 como a mencionada LDB reconstituíram a estrutura e o funcionamento das universidades públicas e, no caso da FE/UnB, entre outras mudanças, vinculavam essas habilitações à estrutura departamental.

Do mesmo modo que a unidade acadêmica, o PAD experimentou significativas mudanças no seu percurso desde a criação até os dias atuais, começando pela oferta das habilitações, que, segundo se verificava, tinha como objetivo atender às demandas do regime em vigor. Ou seja, essa formação tinha a finalidade de preparar, ideologicamente,

especialistas para atuar na tecnoburocracia estatal, cuja concepção legalista e tecnicista da área de gestão e das áreas correlatas contribuiria com o alcance das metas governamentais e as fortaleceria. Assim sendo, essa nova concepção do curso deveria formar especialistas por meio das habilitações que correspondessem às especialidades previstas na lei, assim como por meio de habilitações correspondentes às especialidades consideradas essenciais ao desenvolvimento nacional.

Durante o período da ditadura, para atender à obrigatoriedade do ensino profissionalizante preconizada pela Lei nº 5.692/1971, bem como às exigências da Lei nº 5.540/1968, e considerando a carência de professores de ensino técnico habilitados em nível superior, o MEC foi autorizado, em 1969, a organizar e coordenar cursos superiores de formação de professores para o ensino técnico e, mediante orientação do CFE, foram, então, desenhados cursos emergenciais, denominados Esquema I e Esquema II.

Em atendimento a essa demanda, a FE abriu a oferta para o Esquema 1, com vistas a atender, especialmente, os profissionais contratados pela SEDF ou outras instituições, com formação em nível superior, para atuar nos cursos profissionalizantes. Eram bacharéis já habilitados em áreas do conhecimento que exigiam profissionais preparados para atuar na rede pública de ensino (engenheiros, advogados, contadores, economistas, etc.). A FE, além de formar os profissionais licenciados em Pedagogia, também atuava na formação dos demais estudantes que cursavam outras licenciaturas na UnB e dos bacharéis que buscavam a complementação pedagógica para o exercício do magistério.

Para essa formação, tanto no âmbito do Esquema 1 como para o curso de Pedagogia e nas demais licenciaturas da UnB, cabia ao PAD

a oferta da disciplina Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus – 1 e 2 (6 créditos cada uma), cujo objetivo era o de estudar, principalmente, o sistema de ensino nacional no tocante à estrutura e funcionamento dos níveis de ensino. Contudo, a reforma do currículo do curso de Pedagogia, no final dos anos 1980, alterou o nome da disciplina para Organização da educação brasileira (4 créditos), permanecendo, no entanto, o mesmo escopo.

Para os estudantes do curso de Pedagogia, em especial da habilitação em Administração da educação, as disciplinas ofertadas pelo PAD eram: Princípios e métodos de administração escolar; Introdução ao planejamento educacional; Administração de escola de 1º grau; Administração de escola de 2º grau; e Estágio supervisionado em administração escolar. O propósito era formar para atuar na direção de escolas, em resposta às exigências legais à época.

No final dos anos 1980, auge dos movimentos pela redemocratização do país, o avanço das mudanças fica evidenciado no relato de colegas professores, retratando a efervescência vivenciada pelo departamento, que não seria tão diferente do que experimentava a sociedade brasileira. A professora Dirce Mendes Fonseca, que iniciou sua atuação no departamento em 1987, acrescenta que

[...] todas as experiências me formaram e qualificaram a minha vida profissional e pessoal. No PAD participei de várias atividades administrativas: membro do Conselho de Administração da Universidade de Brasília, membro do Conselho Departamental da Faculdade de Educação, membro da Congregação de Carreira da Pós-graduação da Faculdade de Saúde, subchefe e chefe do Departamento de Administração e Planejamento – PAD. (FONSECA, 2015).



Já com relação à conjuntura política no final dos anos 1980, a professora Dirce aponta:

Neste período, o departamento vivia uma mudança paradigmática de conceitos, práticas e de gestão da educação. Transitava entre modelos burocráticos autoritários, centralizadores e concepções participativas e democráticas. Tudo isso era reflexo da vida política, social e acadêmica da UnB. O departamento influenciava e sofria influência do ambiente interno e externo e dos movimentos grevistas, os quais instigavam a universidade e o corpo docente e discente a reflexões críticas da política educacional e do papel da própria Universidade. Penso que este período de redemocratização do país influenciou na formação de estudantes mais ativos e participativos. (FONSECA, 2015).

Outro aspecto modificado ao longo do período diz respeito ao movimento em prol da extinção das habilitações com vistas à articulação e elaboração de um novo currículo. Possivelmente essa discussão e as decisões que originou provocaram marcas no departamento, criando resistências com relação à sua ação/atuação. As disciplinas que o PAD continuou a oferecer, especialmente no campo da Ciência da Administração e do Planejamento, podem ter sido relacionadas à concepção político-ideológica imprimida às habilitações que visavam formar quadros para atender à racionalidade técnica, consoante ao regime militar. Apesar dos avanços introduzidos pela CF/1988 ao preconizar a gestão democrática como princípio do ensino, o currículo do curso de Pedagogia pouco enfatiza a formação do gestor educacional e escolar. Desse modo, o PAD tem como grande desafio ampliar sua atuação na oferta de disciplinas obrigatórias e optativas

com o propósito de garantir e aprofundar a formação no campo da gestão educacional e escolar. Isso implica, no âmbito da própria FE, imprimir maior visibilidade e importância a essa formação, que vem ocorrendo com reduzido número de professores.

O professor Rogério de Andrade Córdova, que atuou no PAD de 1988 a 2009, exerceu também a função de chefe e subchefe do departamento, além de vice-diretor da FE. Ele testemunha as dificuldades enfrentadas no âmbito do PAD no período em que chegou:

O quadro do PAD se ressentia do pequeno número de docentes para dar conta de suas diferentes atividades. Logo, em 1989, saíram para doutoramento Altair, Ângela e Dirce. Roberto e Regina já estavam em doutoramento. Pouco depois Ediruald e Ricardo foram aprovados em concurso para a Câmara dos Deputados e apenas Ricardo continuou atuando em tempo parcial. Heloísa, que fora aprovada em concurso para o PAD, também foi aprovada no concurso da Câmara. E para completar o quadro, a professora Stela, no início do governo Joaquim Roriz, foi nomeada Secretária de Educação do DF e para ocupar as funções levou consigo Clélia Capanema, Benigna e Ruth Lopes, que estava no PAD mediante convênio com a SEDF. Para cúmulo do infortúnio, Teodolindo acabava de entrar em licença capacitação [...] Luís Severino se transferiu para o departamento de Administração, onde atuavam irmãos seus. E eu fiquei praticamente sozinho no departamento, convencendo o professor Genuíno Bordignon, que um ano antes entrara no PAD vindo por transferência da UFSC, a não aceitar o convite de professora Stela para assumir a Diretoria de Administração da então Fundação Educacional do DF. Nessa situação, calamitosa, a professora Regina concordou em trancar sua matrícula na USP por um ano, aceitar

a vice-chefia do PAD e com ela buscamos recompor minimamente o quadro de pessoal. Mediante convênio com a Secretaria de Educação, conseguimos a vinda de Ana Lúcia, Isabel Cristina e Ester, que permitiram compor o quadro docente da lista de oferta. Mais tarde, mediante vaga, entrou como professora substituta, em 1991, a professora Carmenísia Jacobina Aires, que mais tarde, em 1993, como outras colegas, se integrará ao quadro permanente da FE/PAD mediante concurso público. Mais adiante, realizou-se novo concurso público no PAD e foram aprovados o professor Maurício Lanski e a professora Marília Fonseca. Em agosto pedi licença, sabática ou capacitação, para me preparar para a seleção ao doutorado e, assim, deixei o departamento. Mas pelo menos ele estava com seu quadro bastante recomposto, inclusive com colegas que retornavam de seus doutoramentos devidamente titulados. Este relato ocupa o primeiro plano porque foi pra mim uma situação verdadeiramente dramática e desafiadora. O departamento poderia ter sido extinto. Mas foi preservado. Creio que valeu a pena. Eram tempos de governos Sarney, depois Collor de Melo e de vacas magras para as universidades públicas federais. (CÓRDOVA, 2015).

Em continuação à sua análise acerca da ação do PAD, o professor Rogério enfatiza que, com as reformas ocorridas mediante o advento de novos instrumentos legais (CF/1988 e LDB/1996), o termo em voga passou a ser “gestão”, assim refletindo sobre a busca da identidade do departamento:

Um debate que marcou o início de minha chegada ao PAD foi o de sua identidade. Afinal, o que se entende por “administração”? Do quanto me lembro, o que ficou consensuado foi o entendimento de que o

termo “administração” deveria ser entendido como “política, planejamento, gestão e avaliação”. Política e planejamento se entendiam sempre num sentido macro, gestão remetia à implementação de políticas e planos e avaliação compreendia, afinal, todas as funções envolvidas. Nesse período, de resto, começava a tomar corpo, no MEC, a “política de avaliação”. (CÓRDOVA, 2015).

No entanto, adiciona o professor Rogério que

O termo, a ciência da administração parece ter sido prescrito [...] uma coisa é o “termo”, outra é a conceituação que lhe atribuímos [...] a realização dessa função central requer pessoas devidamente qualificadas [...] requer permanente comunicação com a sociedade, revela a complexidade da tarefa administrativa. Assim, a administração é o exercício de articulação da complexidade envolvida em qualquer organização ou empreendimento. (CÓRDOVA, 2015).

Nesse período, além de empreender e contribuir com o movimento em prol da reforma do currículo do curso de Pedagogia, o PAD acrescentou e implementou outras ações internas, mantendo um início de integração com a UnB por meio da oferta de cursos de extensão e assessoramento didático-pedagógico a professores de outras unidades.

Também iniciou um processo de aproximação e integração com a Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF). Desse processo, resultou o primeiro convênio de cooperação entre a FE e a FEDF. No âmbito de tal convênio, começou-se a pensar na melhoria do

desempenho do diretor de escola e dos administradores da FEDF. Os enfoques da FE/UnB eram muito ligados à realidade educacional dos diretores e administradores da FEDF (MENEZES, 1989, p. 85).

O professor Rogério Córdova nos conta, também, que a mudança curricular foi aprovada e implementada.

Mas o “sistema” levou anos para reconhecer essa habilitação, de sorte que egressos do curso de pedagogia recorriam a cursos normais oferecidos em cidades do Entorno de Brasília para, obtido o diploma de “normalista”, poderem fazer concurso para a rede pública do DF e porem em uso os conhecimentos obtidos no curso de licenciatura em Pedagogia da UnB. Somente mais tarde o CFE vai emitir parecer segundo o qual a habilitação para ensinar as matérias pedagógicas nas Escolas Normais valeria para atuar nas séries iniciais do primeiro grau, sob o argumento de que “quem pode o mais, pode o menos”! Mas no PAD os desdobramentos foram contraditórios e inconsequentes. (CÓRDOVA, 2015).

Essa contradição e essa inconsequência, segundo o professor Rogério, se devem ao fato de que, no segundo semestre de 1988, o PAD começou a oferecer o curso de especialização em Administração da educação, devidamente aprovado pelo CFE e que outorgava aos egressos o certificado de habilitação e, ao mesmo tempo, de especialista em Administração educacional. A oferta desse curso foi uma resposta da Universidade/Faculdade/Departamento às mudanças na rede pública de ensino pela qual se estabeleceu a eleição dos dirigentes escolares da rede. Esses dirigentes, uma vez eleitos e legitimados junto a suas comunidades, receberiam no curso a devida qualificação

técnica em administração. O professor Rogério avaliou essa medida como a mais acertada tomada pelo departamento:

O curso foi oferecido ao longo de vários anos até ser, mais recentemente, retirado da oferta do PAD por decisão apertada e, a meu juízo, infeliz, do colegiado departamental, com votação de colegas recém-chegados(as) que não captaram adequadamente a relevância do curso, gratuito, muito procurado e que durante todo esse longo período, creio que 18 anos, permitiu, por sua natureza, um diálogo permanente com a rede escolar por intermédio de seus cursistas, com os pés devidamente plantados na realidade das escolas e seu cotidiano. Era um vaso comunicante com a vida da rede escolar, especialmente pública. Ressalte-se: esse curso não era remunerado, os professores não recebiam qualquer vantagem financeira por nele atuar, sua carga horária fazia parte das obrigações departamentais, institucionais. Considerei a decisão uma derrota pessoal, eu havia sido coordenador da última turma. Mas foi, sobretudo, uma derrota institucional, sob o pretexto de uma “avaliação substantiva” que não me consta tenha sido feita até o presente, embora tenha havido disponibilidade para atuar em outras ofertas advindas de outras instâncias e, registre-se, remunerando extraordinariamente os docentes envolvidos. (CÓRDOVA, 2015).

A professora Ruth Gonçalves de Farias Lopes, que integra o quadro de docentes efetivos do PAD desde setembro de 1993, exerceu a chefia, vice-chefia e coordenação do curso de graduação a distância, além de representação nos conselhos superiores da UnB. Ela faz uma avaliação positiva do curso de especialização em Administração

escolar e também relata que, no período de seu ingresso no PAD, iniciavam-se as discussões sobre gestão e tecnologias.

Nas discussões desse grupo interdepartamental, residiu o embrião das reflexões sobre a Educação a Distância como Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede (Ctar) e, nesse âmbito, da gestão e tecnologias. O foco era a gestão da EaD. Daí resultaram três cursos de especialização em Educação Continuada e a Distância, no âmbito do BRASILEAD, um consórcio entre as universidades públicas brasileiras que tinha por objeto a EaD. O primeiro curso, de 1994 a 1996, foi ofertado para coordenadores do Programa “Um salto para o futuro”, do MEC. O segundo curso, de 1997 a 1999, era voltado também para professores das universidades brasileiras, entre elas a própria UnB. E o terceiro curso, de 1999 a 2000, já foi realizado *on-line*, preservando a realização de encontros presenciais. Como havia um intercâmbio com a Espanha, a França e também com Portugal, professores de universidades a distância e/ou aberta desses países vinham para participar como docentes deste curso e os professores da UnB se deslocavam para esses países para conhecer as experiências das universidades parceiras, bem como para desenvolver estudos, especialmente, de doutorado. (LOPES, 2015).

Para a professora Ruth, havia, nesse período, uma preocupação da UnB em formar seu quadro docente.

Os professores não chegavam “prontos” à universidade, quero dizer, com o doutorado já concluído. Os docentes ingressavam no quadro da Universidade com mestrado e, depois, seguiam para o doutorado. Havia também outras iniciativas de formação, como o acordo firmado entre a Faculdade de Educação e a

Oficina Regional de Educación para América Latina y el Caribe (Orealc). Por meio desse convênio, professores do PAD passavam 20 dias em um curso intensivo sobre Administração da Educação em Santiago, Chile. Foi uma excelente oportunidade de troca entre professores do PAD e outros profissionais da América Latina e Caribe. (LOPES, 2015).

### *Oficina Regional de Educación para América Latina y el Caribe*

No período da abertura política e da mudança no currículo do curso de pedagogia, no final dos anos 1980 e início anos 1990, praticamente não houve alterações significativas na estrutura do PAD, a não ser o aumento do número de estudantes atendidos em disciplinas, do número de docentes e de servidores técnicos.

Convém destacar, conforme lembra professor Rogério, que as atividades acadêmicas e administrativas do PAD contavam com o Secretário Francisco Resende, apoiado por William Nunes da Mota, Ricardo Coelho da Silva, Fátima (cujo sobrenome não recordo) e Rosalina Monteiro Rego – conhecida, dedicada e respeitada dona Rosa. Dona Rosa, testemunha viva dessa história, nos conta que trabalhou no PAD de 1974 a 1994. No ano de seu ingresso, a professora Altair Macedo exercia a chefia. Segundo dona Rosa, ela era copeira e ajudava nos serviços da secretaria e havia amizade sincera entre os professores e os técnicos. Sua filha Vilma Monteiro também atuou no PAD e, ainda hoje, continua em exercício na FE.

Depois chegaram Maria Auxiliadora Ruiz (Dorinha) e Marisa Trindade Matos, vindas do MEC. E, ainda, Zélia Francis Schervier. Todos dedicados auxiliares no cotidiano das atividades do departa-



mento quando este ainda funcionava no prédio FE 1, pois, na gestão do professor Paulo Guimarães na direção da FE, os três departamentos foram deslocados para o prédio FE 3.

A FE e o PAD foram se expandindo, acompanhando o próprio ritmo da UnB, com novo quantitativo de estudantes e cursos atendidos, e igualmente de docentes e de servidores técnico-administrativos, o que causou alterações significativas especialmente na composição e no tipo de oferta inerente à formação do pedagogo. No entanto, a compreensão que persiste é a de que os departamentos – articulados em efetiva interação com as coordenações de cursos de graduação e de pós-graduação, presenciais e a distância, com a coordenação de extensão e com outros entes e parcerias – deem suporte às ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo conjunto dos atores que constituem a comunidade FE (docentes, discentes e servidores técnico-administrativos).

### **O corpo de docentes do PAD e sua participação na gestão da Faculdade de Educação**

Com o intuito de resgatar historicamente os sujeitos que fizeram parte do PAD em diferentes momentos e destacar os que atuam hoje no departamento, optamos por fazê-lo em dois grandes grupos: os professores do quadro efetivo permanente desligados do PAD por diferentes motivos (quadro 1) e a relação atual do corpo docente vinculado ao PAD (quadro 2).

O departamento iniciou suas atividades com um número restrito de professores e, hoje, conta com um total de 18 docentes em seu

quadro efetivo, um número restrito de professores para responder às prioridades em políticas públicas e gestão da educação no ensino, na pós-graduação e na extensão.

**Quadro 1:** Docentes do quadro efetivo desligados do PAD

(continua)

<b>Nome</b>
Stella dos Cherubins Guimarães Trois
Maria Angela Gouveia Melo
Guy Fontgalland Correa da Silva Loureiro
Theodolindo Augusto
Ediruald Melo
Eurides Brito da Silva
Helena Machado Carneiro de Abreu
Dirce Mendes da Fonseca
Paulo Vicente Guimarães
Hélène Leblanc
Genuíno Bordignon
Altair Macedo Lahud Loureiro
Benigna Freitas Villas Boas
Benno Sander
Ricardo Chaves de Rezende Martins
Rogério de Andrade Córdoba
Roberto Aparecido Algarte
Regina Vinhaes Gracindo
Ignez Martins Tollini
Messias Costa
Marília Fonseca
Mauricio Lanski
Gláucia Melasso Garcia

**Quadro 1:** Docentes do quadro efetivo desligados do PAD

(conclusão)

<b>Nome</b>
Eda Castro Lucas
Maria Gildemar Andrade Almeida
Denise Maria Botelho
Eliane dos Santos Cavalheiro
Simone Aparecida Lisniowski

Fonte: Registros do Departamento de Planejamento e Administração (Faculdade de Educação).

**Quadro 2:** Corpo docente efetivo em exercício no PAD (2015)

<b>Nome</b>
Carmenísia Jacobina Aires
Raquel de Almeida Moraes
Ruth Gonçalves Faria Lopes
Maria Zélia Borba
José Vieira de Sousa
Remi Castioni
Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva
Cleyton Hércules Gontijo
Catarina de Almeida Santos
Nara Maria Pimentel
Shirleide Pereira da Silva Cruz
Danielle Xabregas Pamplona Nogueira
Girlene Ribeiro de Jesus
Cristina Helena Almeida de Carvalho
Ana Maria de Albuquerque Moreira
Adriana Almeida Sales de Melo
Raimundo Luiz Araújo

Fonte: Registros do Departamento de Planejamento e Administração (Faculdade de Educação).

Acreditamos que, por motivos relacionados à própria natureza do PAD e ao consequente perfil de formação, em muitas situações aliado à trajetória profissional dos docentes que formam seu quadro, há importante contribuição do PAD na administração da Faculdade de Educação em diferentes períodos. Desde seu início, a FE contou com docentes de seu quadro no exercício do cargo de direção. Até a presente data, são 13 períodos de quatro anos cada, sendo que a direção da FE foi assumida por docentes do PAD em seis desses períodos. Do corpo docente do PAD, assumiram a direção da FE os professores: Theodolindo Augusto, Altair Macedo Lahud Loureiro (*pro tempore*), Hélène Le Blanc de Barros, Stella dos Cherubins Guimarães Trois (*pro tempore*), Paulo Vicente Guimarães (dois mandatos), Genuíno Bordignon, Rogério de Andrade Córdova (vice-direção) e Carmenisia Jacobina Aires.

### **Considerações finais**

Em sua trajetória histórica, o PAD constituiu-se de forma entremeada à própria constituição da Faculdade de Educação e da Universidade de Brasília. Algumas singularidades, entretanto, marcam esse processo. Primeiramente, vale observar que o departamento guarda, até a atualidade, estreita relação com a concepção departamental formulada por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira para a Universidade de Brasília, qual seja, a de reunião de docentes-pesquisadores em uma área de especialização. No PAD, isso inclui as áreas de políticas públicas, gestão, planejamento, financiamento e avaliação da educação. Tal é importante essa singularidade que

os concursos públicos para o quadro docente do PAD não são realizados para preenchimento de vaga em uma disciplina, mas para todas as áreas abarcadas pelo departamento.

Outro aspecto fundamental na organização do PAD diz respeito ao imperativo de pedagogos e docentes encontrarem uma sólida formação em gestão educacional. Essa percepção perpassa as distintas fases de constituição do PAD e da FE, recebendo diferentes interpretações em cada uma delas. Da visão tecnicista dos anos 1970 à percepção crítica da educação que vigora hoje e que se processa em ambientes escolares e não escolares e nos sistemas de ensino, certo é que o domínio e a reflexão sobre os conteúdos atinentes às políticas públicas e à gestão educacional são fundantes na formação dos licenciados em Pedagogia. As novas *Diretrizes Curriculares das Licenciaturas*, aprovadas em junho de 2015, reafirmam essa importância e incluem a formação em gestão, planejamento, financiamento e avaliação educacional no currículo de formação de todos os docentes da educação básica. Firma-se, assim, a visão de Anísio Teixeira, que já argumentava que todo professor é um administrador.

Na reflexão crítica sobre temas e questões presentes no campo de atuação do PAD, merecem destaque os grupos de pesquisa atualmente constituídos, as produções acadêmicas e as respectivas publicações. Igualmente, ressaltem-se os seminários realizados periodicamente por esse departamento desde os anos 2000, enfocando a questão da educação brasileira no tocante à gestão e às políticas educacionais. Sempre suscitando para a comunidade da Faculdade de Educação debates prementes e atuais na realidade brasileira,

os seminários fortalecem o ensino e ampliam as relações com a pós-graduação *strictu sensu*.

Não são poucos, porém, os nossos desafios para os próximos anos: internos, no que diz respeito à solidificação do departamento como unidade que imprime organicidade ao ensino, pesquisa e extensão na estrutura da universidade; e externos, que se traduzem na importância de pensar a complexidade crescente nos processos de gestão, planejamento, financiamento e avaliação das escolas e dos sistemas de ensino. Nesse domínio o Departamento de Planejamento e Administração, em vias de mudar sua denominação para Departamento de Políticas Públicas e Gestão da Educação, articula o passado ao presente e traça rumos futuros.

## Referências

AIRES, Carmenísia Jacobina. O currículo do curso de pedagogia: mudanças na perspectiva da construção colaborativa. In: SILVA, Maria Abadia; da SILVA, Katia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro (Org.). *Pensamento político e pedagógico na formação do pesquisador em educação*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015.

BRZEZINSKI, Iria. Faculdade de Educação da UnB: da utopia ao projeto real. *Caderno Linhas Críticas*, Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, n. 3-4, p. 31-47, jul. 1997.

CADERNO LINHAS CRÍTICAS. Dossiê Especial 30 anos da FE/UnB – Um ideário pedagógico à altura do Brasil, Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, n. 3-4, p. 31-47, jul. 1997.

CUNHA, Celio da; SILVA, Maria Abádia; SOUSA, José Vieira (Org.). *Faculdades de Educação e políticas de formação docente*. Campinas, SP: Autores Associados; Brasília, DF: Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2014. (Coleção Políticas Públicas de Educação).

GOMES, Ana Lucia de Abreu; FERNANDES, Maria Lídia Bueno. *Memória da Educação a Distância na Universidade de Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013. 143 p.

MENEZES, Thereza Maria Cysneiros Cavalcanti. *A Faculdade de Educação da Universidade de Brasília: história de um isolamento*. Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, 1989. (Mimeo). 216 p.

ROCHA, Lucia Maria da Franca. O legado de Anísio Teixeira da Faculdade de Educação da UnB. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2002, Natal. *Anais...*

ROTHEN, José Carlos. Os bastidores da reforma universitária de 1968. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 29, n. 103, p. 453-475, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 1º out. 2015.

SCHEIBE, Leda; DURLI, Zenilde. Curso de Pedagogia no Brasil: olhando o passado, compreendendo o presente. *Educação em foco*, Belo Horizonte, ano 14, n. 17, p. 79-108, 2011.

SILVA, Maria Abádia. A política de formação de professores da Escola de Magistério à Faculdade de Educação. In: CUNHA, Celio da; SILVA, M. Abadia da; SOUSA, José Vieira (Org.). *Faculdades de Educação e políticas de formação docente*. Campinas, SP: Autores Associados; Brasília, DF: Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2014. (Coleção Políticas Públicas de Educação).

TEIXEIRA, Anísio. Educação. In: SEMINÁRIO SOBRE A ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1961. (Mimeo). Arquivo CPDOC/FGV.

TEIXEIRA, Anísio. Pronunciamento de educadores sobre o projeto (1961). In: RIBEIRO, Darcy. *Carta, falas, reflexões, memórias*. A invenção da Universidade de Brasília. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1995. n. 14.

XAVIER, Libânia Nacif. Universidade, pesquisa e educação pública em Anísio Teixeira. *História Ciências, saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, abr./jun. 2012. p. 669-682.

## **Depoimentos**

CÓRDOVA, Rogério de Andrade. *Rogério de Andrade Córdova* [depoimento]: 6 nov. 2015. Depoimento livre prestado a Carmenísia Jacobina Aires.

FONSECA, Dirce Mendes da. *Dirce Mendes da Fonseca* [depoimento]: 24 nov. 2015. Brasília, 2015. Depoimento livre prestado a Carmenísia Jacobina Aires.

LOPES, Ruth Gonçalves Faria. *Ruth Gonçalves Faria Lopes* [depoimento]: 26 nov. 2015. Depoimento livre prestado a Ana Maria de Albuquerque Moreira.

LOUREIRO, Altair Macedo Lahud. *Altair Macedo Lahud Loureiro* [depoimento]: 9 out. 2015. Depoimento livre prestado a Carmenísia Jacobina Aires.



As discussões em torno da educação superior e, em particular, das Faculdades de Educação vêm ganhando relevo no cenário das pesquisas educacionais em função da consciência cada vez mais alargada na sociedade sobre a importância da educação para o desenvolvimento e para a construção da cidadania. A aprovação de dois Planos Nacionais de Educação, a partir de 2001, permitiu que as políticas educacionais em curso se instituísem como políticas de Estado, nas quais a importância da formação dos profissionais da educação, função primordial das Faculdades de Educação, adquiriu condição especial.

A presente obra aborda a história da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, concebida como unidade acadêmica que visava a superação dos então existentes Departamentos de Educação no interior das Faculdades de Filosofia e Ciências Humanas das universidades. Apresenta a proposta de constituição da Faculdade como célula *mater* da Universidade e remonta à elaboração do projeto e sua implementação a partir de 1966. Destaca os desafios próprios de uma instituição universitária que enfrentou, logo em seus primeiros anos de vida, as dificuldades impostas pelo regime de exceção que se instalou a partir de 1964. Como uma coletânea de textos de professores-pesquisadores dessa unidade, a obra trata de todas as áreas de atuação, relatando minuciosamente a história, a estrutura e a dinâmica de funcionamento de sua gestão, de seus departamentos, do ensino de graduação e pós-graduação, das atividades de extensão e da educação a distância.

**Erasto Fortes Mendonça**

Professor aposentado e ex-diretor da  
Faculdade de Educação da UnB